

## **A REFORMA ACABOU?**

### **Uma Declaração de Convicções Evangélicas<sup>1</sup>**

Às vésperas do quingentésimo aniversário da Reforma Protestante, cristãos evangélicos de todo o mundo têm a oportunidade de refletir novamente sobre o legado da Reforma tanto na igreja global de Jesus Cristo como no desenvolvimento do trabalho evangelístico. Após séculos de controvérsias e tensões entre evangélicos e católicos, a cordialidade ecumênica de tempos recentes criou condições propícias para que líderes de ambos os lados afirmassem que a Reforma está em seus momentos finais e que as principais discordâncias teológicas que levaram à ruptura do cristianismo ocidental no século 16 já estão resolvidas.

#### ***Por que alguns afirmam que a Reforma acabou***

Em apoio à ideia de que a Reforma acabou, são geralmente citadas duas razões principais:

- 1) Os desafios para os cristãos em todo o mundo (como, por exemplo, o secularismo e o Islã) são tão atemorizantes que protestantes e católicos não podem mais se dar ao luxo de permanecer divididos. Um testemunho unificado, talvez com o Papa como porta-voz, beneficiaria grandemente o cristianismo global.
- 2) As divisões teológicas históricas (por exemplo, a salvação somente por meio da fé, a autoridade última da Bíblia, a primazia do bispo de Roma) são consideradas questões de diferença legítimas em termos de ênfase, mas não são pontos críticos de divisão e contraste que impeçam a unidade.

A força cumulativa desses argumentos tem amenizado a compreensão e a avaliação de alguns evangélicos acerca da Igreja Católica Romana.

---

<sup>1</sup> Documento traduzido por Jonathan Silveira e revisado por Norma Braga Venâncio. Fonte: <http://www.isthereformationover.com/documents/Is%20the%20Reformation%20Over-%20A%20Statement%20of%20Evangelical%20Convictions.pdf>

É também importante notar que, no último século, o evangelicalismo global tem crescido em uma velocidade avassaladora, enquanto o mesmo não ocorre no catolicismo romano. O fato de milhões de católicos tornarem-se evangélicos nos últimos anos não passou despercebido por líderes católicos romanos, que buscam responder a essa perda de fiéis de maneira estratégica: adotando uma linguagem evangélica tradicional (conversão, evangelho, missão, misericórdia) e estabelecendo diálogos ecumênicos com igrejas que outrora condenaram. Onde antes havia perseguição e animosidade, agora há relacionamentos e diálogos mais amistosos entre católicos e protestantes. A questão, porém, permanece: as diferenças fundamentais entre católicos e protestantes ou evangélicos desapareceram?

### ***A Reforma acabou?***

A Reforma Protestante, em todas as suas variantes e por vezes tendências conflitantes, foi, em última instância, um chamado para (1) resgatar a autoridade da Bíblia sobre a igreja e (2) reconhecer novamente o fato de que a salvação chega até nós somente por meio da fé.

Há cinco séculos, o catolicismo romano é um sistema religioso que *não* é baseado exclusivamente na Escritura. De acordo com a perspectiva católica, a Bíblia é apenas uma fonte de autoridade: não se mantém autônoma, nem é a fonte mais importante. De acordo com esta visão, a tradição precede a Bíblia, é maior do que a Bíblia e não é revelada somente pela Escritura, mas através do ensino contínuo da Igreja e de sua agenda atual, de acordo com os tempos. Uma vez que a Escritura não tem a última palavra, a doutrina e a prática católicas permanecem indeterminadas e, portanto, confusas em sua própria essência.

A promulgação de três dogmas (ou seja, crenças obrigatórias) sem qualquer base bíblica ilustra perfeitamente o método teológico do catolicismo romano. São eles: o dogma da imaculada concepção de Maria, de 1854; o dogma da infalibilidade papal, de 1870; e o dogma da assunção corpórea de Maria, de 1950. Esses dogmas não representam o ensinamento bíblico e, na verdade, claramente os contradizem. No sistema católico, isso não importa, pois não depende da autoridade exclusiva da Escritura. Talvez sejam necessários dois milênios para se formular um novo dogma, mas, tendo em vista que a Escritura não detém a última palavra, a Igreja Católica pode eventualmente adotar tais inovações.

Quanto à doutrina da salvação, muitos têm a impressão de que há uma convergência crescente no que diz respeito à justificação pela fé e que as tensões entre católicos e evangélicos têm diminuído consideravelmente desde o século 16. No Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja Católica reagiu fortemente contra a Reforma Protestante ao declarar “anátema” (amaldiçoados) aqueles que defendessem a justificação somente pela fé, ao mesmo tempo em que afirmou o ensino de que a salvação é um processo de cooperação com infusão da graça, ao invés de ser um ato alicerçado exclusivamente na graça e na fé.

Alguns argumentam que a *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*, assinada pela Igreja Católica Romana e a Federação Mundial Luterana em 1999, uniu a ambos os lados. Conquanto o documento favoreça, por vezes, uma tendência mais bíblica no entendimento da justificação, explicitamente afirma a visão de justificação do Concílio de Trento. A condenação sobre convicções protestantes e/ou evangélicas históricas permanece; apenas não se aplica àqueles que afirmam a desfocada posição da Declaração Conjunta.

Assim como em Trento, na Declaração Conjunta a justificação é um processo representado pelo sacramento da Igreja (o batismo); ela *não* é recebida exclusivamente pela fé. É uma jornada que requer colaboração do fiel e uma participação contínua no sistema sacramental. Não há qualquer entendimento de que a justiça de Deus é imputada por Cristo ao crente; logo, não há qualquer segurança de salvação. Além disso, a visão da Igreja Católica Romana é revelada por seu uso contínuo de indulgências (ou seja, a remissão da punição temporal por pecado atribuído pela Igreja em ocasiões especiais). Foi a teologia das indulgências que desencadeou a Reforma, mas esse sistema tem sido invocado recentemente pelo Papa Francisco no Ano da Misericórdia (2015-2016). Isto mostra que, para a Igreja Católica Romana, a visão básica da salvação – que depende da mediação da Igreja, da distribuição de graça por meio dos sacramentos, da intercessão dos santos e do purgatório – permanece a mesma após a elaboração da Declaração Conjunta.

### ***Perspectivas***

O que dissemos sobre a Igreja Católica Romana como realidade doutrinal e institucional não é necessariamente verdadeiro para indivíduos católicos. A graça de Deus está trabalhando em homens e mulheres que se arrependem e confiam somente em Deus e

que respondem ao seu evangelho, vivendo como discípulos cristãos que buscam conhecer a Cristo e fazê-lo conhecido.

Entretanto, por conta de suas afirmações dogmáticas flutuantes e de sua estrutura política complexa e diplomática, a *instituição* Igreja Católica deve ser examinada com muito mais cautela e prudência. Iniciativas atuais para renovar aspectos da vida e adoração católicas (como, por exemplo, a acessibilidade à Bíblia, a renovação litúrgica, o papel crescente dos leigos e o Movimento Carismático) não indicam, por si mesmas, que a Igreja Católica Romana esteja compromissada com uma reforma substancial em consonância com a Palavra de Deus.

Em nosso mundo globalizado, encorajamos a cooperação entre evangélicos e católicos em áreas de preocupação comum, tais como a proteção da vida e a promoção da liberdade religiosa. Essa cooperação se estende a pessoas de outras orientações religiosas e ideológicas. Em pontos onde valores comuns estão em jogo – questões éticas, sociais, culturais e políticas –, os esforços colaborativos devem ser encorajados. Todavia, quando se trata de cumprir a tarefa missionária de proclamar e viver o evangelho de Jesus Cristo em todo o mundo, os evangélicos devem ser cautelosos, mantendo padrões bíblicos claros ao formar plataformas e coalizões.

A posição que articulamos aqui é um reflexo de convicções evangélicas históricas, junto a uma paixão pela unidade entre crentes em Jesus Cristo de acordo com a verdade do evangelho.<sup>2</sup> As questões que suscitaram a Reforma 500 anos atrás ainda estão muito presentes no século 21 em toda a igreja. Enquanto acolhemos de bom grado toda

---

<sup>2</sup> Essas convicções fundamentais são expressas em *papers* oficiais de duas organizações evangélicas mundiais: Fraternidade Evangélica Mundial e Movimento Lausanne. Após abordar temas como mariologia, autoridade na igreja, o papado e a infalibilidade, justificação pela fé, sacramentos e a Eucaristia, e a missão da igreja, este foi o pronunciamento da Fraternidade Evangélica Mundial: “A cooperação na missão entre evangélicos e católicos está seriamente impedida por conta de obstáculos ‘insuperáveis’” (Fraternidade Evangélica Mundial, *Evangelical Perspective on Roman Catholicism* (1986) in Paul G. Schrottenboer (ed.), *Roman Catholicism. A Contemporary Evangelical Perspective* (Grand Rapids: Baker Book House 1987) p. 93). A mesma visão é refletida no documento de Lausanne intitulado *Occasional Paper on Christian Witness to Nominal Christians among Roman Catholics*, de 1980, bem como em uma declaração de John Stott, principal autor do Pacto de Lausanne: “Estamos dispostos a cooperar com eles (católicos romanos, ortodoxos ou protestantes liberais) em boas obras de compaixão cristã e justiça social. É no momento em que somos convidados a evangelizar com eles que nos vemos em um duro dilema, pois o testemunho comum necessita de uma fé comum e a cooperação no evangelismo depende de concordância sobre o conteúdo do evangelho” (Lausanne Committee for World Evangelization. “Lausanne Occasional Paper 10 on Christian Witness to Nominal Christians among Roman Catholics” (Pattaya, Thailand, 1980); John Stott, *Make the Truth Known. Maintaining the Evangelical Faith Today* (Leicester, UK: UCCF Booklets, 1983) p. 3-4.).

oportunidade para esclarecê-las, nós evangélicos afirmamos, juntamente com os reformadores, as convicções fundamentais de que nossa autoridade final é a Bíblia e que somos salvos somente por meio da fé.